

Fernanda Gonçalves Moreira<sup>1</sup>

Dartiu Xavier da Silveira<sup>1</sup>

Sérgio Baxter Andreoli<sup>II</sup>

# Situações relacionadas ao uso indevido de drogas nas escolas públicas da cidade de São Paulo

## Situations related to drug misuse in public schools in the city of São Paulo, Brazil

---

### RESUMO

**OBJETIVO:** Investigar situações, atitudes e comportamentos dos coordenadores pedagógicos das escolas municipais de ensino fundamental relacionados ao uso indevido de substâncias psicoativas.

**MÉTODOS:** Estudo realizado na cidade de São Paulo, em 2002. As informações foram colhidas por meio de entrevista semi-estruturada, com oito informantes-chave localizados em setor administrativo e com experiência de coordenação pedagógica. Foi realizada a análise qualitativa de conteúdo, com o referencial etnográfico.

**RESULTADOS:** A idéia da transmissão de conhecimentos como base da prevenção permeia a maioria dos discursos, entretanto, os coordenadores relataram sentirem-se mal informados. As atitudes mais freqüentes frente ao usuário de drogas são de impotência e paralisia e algumas vezes, repressora. Elas são motivadas pelo desconhecimento e medo devido à associação entre usuário e marginalidade. Nas situações indiretamente associadas ao abuso de drogas (problemas familiares e de comportamento) foram relatadas atitudes mais compreensivas e inclusivas, compatível com práticas do paradigma da redução de danos.

**CONCLUSÕES:** Uma capacitação teórica dos educadores para uma prática preventiva teria a função de ratificar aquela desenvolvida a partir da sua vivência na escola com as situações (in)diretamente associadas ao abuso de drogas. Conseqüentemente, os tornaria mais seguros nas suas intervenções de redução de danos ou risco com os usuários.

**DESCRIPTORIOS:** Escolas, recursos humanos. Conhecimentos, atitudes e prática em saúde. Uso indevido de drogas, prevenção e controle. Educação em saúde. Pesquisa qualitativa.

---

### ABSTRACT

**OBJECTIVE:** To explore situations, attitudes and behavior of public elementary school education supervisors concerning psychoactive substance misuse.

**METHODS:** The study was carried out in the city of São Paulo, Southeastern Brazil, in 2002. Data were collected using a semi-structured questionnaire applied to eight key informants in the administrative area experienced in education supervision. Qualitative content analysis with ethnographic reference was conducted.

<sup>1</sup> Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes. Escola Paulista de Medicina. Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil

<sup>II</sup> Programa de Mestrado em Saúde Coletiva. Universidade Católica de Santos. Santos, SP, Brasil

**RESULTS:** Most discourses show that knowledge transmission is thought as essential for drug use prevention, though supervisors reported being ill-informed on this subject. The most frequent attitudes toward drug users are impotence and inability to act and sometimes a repressive attitude. These are motivated by misinformation and fear due to mistaken association of drug users and criminals. In situations indirectly related to drug abuse (family and behavior problems) more understanding and inclusive attitudes are reported, following the harm reduction paradigm.

**CONCLUSIONS:** Theoretical capacity building of educators for preventive attitudes would support their skills developed through dealing with situations (in)directly related to drug abuse in schools. Thus, educators would feel more confident to make interventions for harm or risk reduction among drug users.

**KEYWORDS:** Schools, manpower. Health knowledge, attitudes, practice. Substance-related disorders, prevention & control. Health education. Qualitative research.

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre uso e abuso de substâncias psicoativas, especialmente as ilícitas, tem ocupado lugar de destaque social nas últimas décadas (Aquino;<sup>1</sup> Cotrim<sup>7</sup>). Segundo Carlini et al,<sup>5</sup> no I Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, excetuando-se tabaco e álcool, 19,4% da população pesquisada já fizeram uso de drogas, na vida; o uso de álcool na vida foi estimado em 68,7% da população e a estimativa de dependentes de álcool foi de 11,2%. Em levantamento realizado nas 24 maiores cidades de São Paulo, Galduróz et al<sup>10</sup> encontraram que 11,6% da população pesquisada fizeram uso na vida de drogas, excetuando-se tabaco e álcool. Nesse estudo, o uso na vida de álcool é relatado por 55,6% da população e a prevalência de dependentes de álcool encontrada foi de 6,6%, sendo 10,9 entre os homens e 2,5% entre as mulheres. Segundo o IV Levantamento sobre o Uso de Drogas entre Estudantes, o total estimado de uso de drogas na vida, excetuando-se álcool e tabaco, entre estudantes da rede estadual em São Paulo, foi de 19%; o uso frequente relatado foi de 2,4% e o uso pesado foi de 1,6% (Galduróz et al<sup>11</sup>).

O enfrentamento deste problema tem pelo menos duas vertentes (Moreira et al<sup>17</sup>). Tradicionalmente a postura adotada é a de guerra às drogas, a qual prega a erradicação do uso, utilizando técnicas de divulgação que privilegiam informações sobre danos à saúde e o amedrontamento (Araújo & Moreira;<sup>3</sup> Cotrim<sup>7</sup>). Estudos de avaliação têm mostrado, entretanto, que tais técnicas não são eficazes (Neubern;<sup>18</sup> Cuijpers<sup>8</sup>). Uma alternativa tem sido a postura de redução de danos, com objetivo de não eliminar o comportamento

aditivo, mas melhorar o bem-estar físico e social dos dependentes.

A outra vertente é a redução de riscos, focada na prevenção dos riscos relacionados ao uso das substâncias (Soares & Jacobi;<sup>21</sup> Cotrim<sup>7</sup>). Ambas são componentes de um *continuum*, o qual tem sido considerado como um novo paradigma de abordagem no campo das drogas (Moreira et al<sup>17</sup>), onde o foco das ações preventivas recai na qualidade de vida ao invés do uso da droga (Moreira & Andreoli<sup>16</sup>). As informações divulgadas se concentram menos nos perigos e mais na equação do uso racional, responsável e nas vantagens de um estilo de vida sem elas (Soares & Jacobi<sup>21</sup>).

Muitas técnicas de prevenção têm sido preconizadas dentro dessa postura, uma delas propõe um modelo de modificação das condições de ensino em cinco vertentes: a) modificação das práticas institucionais; b) melhoria do ambiente escolar; c) incentivo ao desenvolvimento social; d) oferecimento de (ou parceria com) serviços de saúde e, e) envolvimento dos pais em atividades curriculares (Moreira & Andreoli;<sup>16</sup> Cotrim<sup>7</sup>). Aplicadas à situação dos jovens carentes e pouco assistidos, tal como é o caso da grande parte dos que freqüentam a escola pública no Brasil, podem trazer benefícios secundários para além da prevenção (Klitzner et al<sup>14</sup>), incluindo a preparação para a cidadania. Nesse sentido, a legislação brasileira em educação (Lei Federal n. 9.394, de 1996) é avançada, pois propõe modificações no ensino fundamental com esse objetivo,\* incluindo assuntos voltados ao cotidiano dos alunos no currículo escolar, os chamados temas transversais. Trata-se de "... um núcleo de conteúdos, ou temas, reunidos sob a denominação geral de 'Convívio Social e Ética', em que a ética, a pluralidade

\*Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução. Brasília (DF): MEC; 1997.

cultural, o meio ambiente, a saúde e a orientação sexual passariam a serem trabalhados nas escolas transversalmente aos conteúdos tradicionais” (Araújo<sup>2</sup>). Caso fosse efetivamente adotada, seria adequada às propostas de prevenção ao uso de drogas, entretanto há dificuldades na sua concretização (Inoue et al<sup>13</sup>).

As intervenções preventivas mais frequentemente adotadas, entretanto, caminham na direção oposta. Um exemplo é o programa educacional de resistência às drogas e à violência, que pode ser caracterizado como um modelo derivado da proposta de “guerra às drogas”. É similar ao programa americano de educação para a resistência ao abuso de drogas (DARE), o qual já foi amplamente avaliado e mostrou-se ineficaz (Cuijpers;<sup>8</sup> Ennett et al<sup>9</sup>).

O presente estudo parte, portanto, da hipótese de que existe um descompasso entre a discussão acadêmica e o conhecimento, comportamento e atitude da população geral, incluindo aqueles responsáveis pelas atividades curriculares ou extracurriculares nas escolas. Assim, visando à aproximação deste universo, foi realizado o presente estudo com o objetivo de investigar as situações, atitudes e comportamentos dos coordenadores pedagógicos das escolas municipais de ensino fundamental (EMEF) relacionados ao uso indevido de substâncias psicoativas.

## MÉTODOS

Na cidade de São Paulo existem 441 escolas municipais de ensino fundamental, cada uma composta por: alunos, professores, coordenadores pedagógicos, assistente de direção e diretor.\* Em cada unidade estudam aproximadamente 600 alunos.

Para a investigação etnográfica foram feitas visitas a dois Núcleos de Ação Educativa (NAE) e a três Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), além da sede administrativa da Secretaria Municipal de Educação. Foram entrevistados os diretores administrativos com o objetivo de identificar o sujeito que melhor poderia relatar as situações relacionadas ao uso indevido de drogas pelos alunos nas escolas. O objetivo das visitas foi conhecer a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação, o funcionamento das escolas, o processo de desenvolvimento dos projetos pedagógicos e os papéis e responsabilidades dos funcionários das unidades escolares. Esse processo permitiu identificar como melhor informante-chave o coordenador pedagógico locado nos setores administrativos e com experiência de coordenação nas unidades escolares.

Para ser admitido e exercer a função nas escolas públicas da Prefeitura Municipal de São Paulo o coordenador pedagógico precisa ter nível superior completo em pedagogia com habilitação em orientação educacional ou supervisão escolar. Caso não tenha pedagogia, pode fazer um curso de complementação pedagógica com duração de até 18 meses. A experiência exigida é ter sido professor em escola pública ou privada por três anos no mínimo. Não é exigido curso preparatório específico e fica a critério do profissional qualquer curso complementar.

As atribuições do CP podem ser divididas em dois blocos: (1) orientação no atendimento a aluno e pais e (2) coordenação da equipe docente. Inicia o ano elaborando o projeto político-pedagógico da escola, em conjunto com o corpo docente, e durante o ano acompanha seu desenvolvimento, coordenando também o processo de avaliação. Além disso, garante a constituição do grêmio estudantil e do conselho da escola.

Foram realizadas entrevistas em profundidade com informantes-chave, selecionados entre os coordenadores pedagógicos com cargo de supervisão regionais e responsáveis pela orientação nas escolas municipais estudadas. A opção por esses profissionais foi feita por: (a) terem maior acesso às informações referente ao tema, maior experiência profissional, visão mais abrangente da realidade escolar; e (b) terem experiência administrativa atual (são procurados pelos coordenadores pedagógicos das escolas em situações difíceis).

O número de entrevistados foi determinado pela saturação, ou seja, quando houve a repetição de conteúdos nas entrevistas.

As entrevistas foram agendadas previamente, realizadas por pesquisador acompanhado por um observador, nos locais de trabalho dos entrevistados, e gravadas. Ao observador coube a tarefa da elaboração do diário de campo. Seguiram um roteiro semi-estruturado investigando: 1) a formação básica dos coordenadores pedagógicos, 2) suas atribuições nas unidades escolares, 3) os eventos e problemas típicos que ocorrem nas escolas relacionados ou não ao 4) uso indevido de substâncias psicoativas e 5) medidas consideradas preventivas ao uso indevido de drogas. Esse roteiro foi elaborado com base nas informações coletadas nas visitas feitas aos NAE e à sede administrativa da Secretaria Municipal de Educação.

O roteiro da entrevista começava com perguntas abertas sobre a função e a formação do coordenador pedagógico e seu cotidiano:

\*Prefeitura do Município de São Paulo. Página Inicial. Disponível em <http://educacao.prefeitura.sp.gov.br/WebModuleMapaCoordenadorias/ListaRegioesCoordenadoriasAction.do?service=UnidadeFuncionalDelegate&actionType=iniciar&plgn=1> [acesso em 10 mar 2005]

1. Qual a formação exigida a um coordenador pedagógico?
2. Qual sua função? Qual a sua responsabilidade? (exemplifique)
3. Quais são os temas freqüentemente discutidos nas escolas? (exemplifique)

Logo em seguida as perguntas passavam a ser mais específicas:

4. No que consiste prevenção de uso indevido de drogas em escolas? (exemplifique)
5. Quais as situações comuns relacionadas com uso de drogas nas escolas? (exemplifique)

O roteiro era finalizado por uma lista de tópicos que, caso não tivessem sido abordados nas respostas às perguntas anteriores, o entrevistador perguntava ativamente:

6. Qual a atitude e/ou orientação de um CP se: (exemplifique)
  - a) aluno com problemas familiares?
  - b) brincadeiras em sala de aula sobre preservativos, virgindade, drogas, etc.?
  - c) aluno com problemas de atenção ou de comportamento?
  - d) professor que fuma em sala de aula?
  - e) um professor parece intoxicado na sala de aula?
  - f) um aluno parece intoxicado na sala de aula? (entre outros tópicos)

Embora o roteiro não tivesse necessariamente sido seguido integralmente, ele foi usado como norteador da entrevista.

Após transcrição, as entrevistas foram analisadas por meio da técnica de lógica categorial de conteúdo e utilizando como base o referencial etnográfico. As entrevistas sofreram análise qualitativa por técnica de análise lógica categorial de conteúdo (Patton<sup>20</sup>). Dessa forma, as entrevistas foram transformadas em texto por meio das transcrições e os textos foram divididos em categorias de assuntos. Inicialmente, foram utilizadas as categorias do roteiro das entrevistas e, posteriormente, os textos foram reagrupados e divididos em quatro eixos, a saber:

1. definição do perfil do coordenador pedagógico nas escolas municipais de São Paulo;
2. situações diretamente relacionadas com o uso indevido de drogas;
3. situações indiretamente relacionadas com o uso indevido de drogas;
4. prevenção do uso indevido de drogas.

Dentro desses quatro eixos, foram formadas novas categorias a partir do conteúdo das entrevistas. A aná-

lise procurou fixar-se ao fenômeno descrito, sem entrar na interpretação da forma do discurso. Desta maneira, tentou-se minimizar os vieses por excesso de subjetividade.

## RESULTADOS

No total foram oito coordenadores pedagógicos entrevistados, todos com experiência em unidades escolares e com a seguinte formação acadêmica: (CP1) graduação em história com complementação pedagógica; (CP2) magistério e graduação em pedagogia; (CP3) graduação em letras e pedagogia com múltiplas habilitações, incluindo orientação educacional, mestrado em educação especial; (CP4) graduação em educação física e pedagogia com habilitação em administração escolar; (CP5) pedagogia; (CP6) graduação em educação artística e pedagogia com habilitação em administração e supervisão; (CP7) magistério, pedagogia com habilitação em administração escolar e orientação educacional; (CP8) pedagogia e pós-graduação em psicopedagogia. Somente um deles fez cursos de capacitação nas áreas de drogas, risco social de crianças e problemas de aprendizado em crianças e adolescentes.

Dentre os problemas enfrentados diariamente, os mais citados foram o acúmulo de trabalho, falta de tempo e despreparo dos professores para compreender o aluno e seu universo cultural, resultando em dificuldades na relação do professor com o aluno. Com relação ao corpo discente, a indisciplina dos alunos foi citada como a maior dificuldade, foram relatadas situações freqüentes de mudança brusca no comportamento, de desrespeito e até de ameaça aos professores. No dia-a-dia da escola foram relatadas também as dificuldades de aprendizado, abandono escolar, prostituição, furto em sala de aula, violência entre alunos (brigas, porte de arma na escola), violência contra o patrimônio, aluno com problemas na justiça freqüentando a escola em liberdade assistida e problemas com traficantes de drogas.

*“Um dos grandes problemas enfrentados é a questão da disciplina, ou melhor dizendo, da indisciplina, especialmente em escolas onde você tem o aluno cursando de 5ª a 8ª série (ciclo II), que é na maioria das escolas municipais”.* (CP1)

As formas de enfrentamento destes problemas são as mais variadas; desde reações passivas da equipe docente descritas como: “imobilismo gerado pelo medo e desconhecimento” (CP1) a ações punitivas ou repressoras e até atitudes compreensivas e inclusivas, incluindo trabalho conjunto com a comunidade, visitas domiciliares e trabalhos personalizados.

Observou-se que a preocupação com o tráfico, fonte de medo intenso, é maior conforme a maneira de se lidar com a situação na escola. Não são relatados problemas com alunos traficantes de drogas ou com o tráfico dentro da escola, mas com o poder e a interferência que as pessoas ligadas ao tráfico da comunidade exercem na escola. Acordos entre traficantes e escola são freqüentes: o traficante garante a integridade física da escola e de seus funcionários, cessando as depredações se a escola reconhece o traficante como a autoridade local, o que inclui não acionar a polícia.

### **Situações diretamente relacionadas ao uso indevido de drogas**

*“Agora em relação à droga, é mais difícil, geralmente o que a gente consegue fazer uma intervenção maior mesmo é no alcoolismo”.* (CP8)

A droga que mais aparece no relato é o álcool, mas os entrevistados não relacionam os problemas de seu uso abusivo com aqueles ocasionados pelas outras drogas, manifestando sentimentos e atitudes diversas. O uso abusivo de álcool por parte do aluno é reconhecido como um sinal de problema pessoal e gera uma predisposição para ajudar.

Nas situações de intoxicação e abuso de drogas ilícitas os sentimentos são de insegurança e impotência, gerando, em geral, paralisia, imobilismo ou ações repressivas. O tráfico aparece associado a esta situação, de fato ou no imaginário, muito provavelmente, reforçando a insegurança e levando, invariavelmente, a chamar a polícia.

*“Olha, o máximo que a gente pode perceber era aluno que usava maconha na escola ou que se falava, eu nunca presenciei dentro da escola. Então você ouve dizer que fulano é traficante e você não sabe o grau de envolvimento, se ele é só um consumidor e se isso não oferece risco maior. É um tabu, então você sabe que aquele é, perigoso, fala-se que é, ninguém mexe (...)”.* (CP1)

Curiosamente, entretanto, as ações repressivas são reconhecidas como ineficientes e geradoras de agressividade de ambos os lados. Existem iniciativas mais educativas e bem-sucedidas, coerentes com as propostas de integração da escola com a comunidade e ao projeto educacional da transversalidade.

*“Uma escola que traz a comunidade aos finais de semana, batalhou isso há 5 anos, a escola não tem nenhum tipo de depredação, nenhuma. Enfim, isso foi conseguido pedagogicamente, em longo prazo. E um aluno estava na quadra, fumando um baseado*

*nessa escola, e a GCM (polícia) chegou e fez o aluno engolir o baseado na quadra. Aí no dia seguinte a escola estava toda depredada, (...)”.* (CP5)

As situações de intoxicação de professor na sala de aula são trazidas como eventuais e, nestas, são tomadas medidas, tais como: dispensa do funcionário durante o dia de trabalho; ameaça de suspensão; remanejamento de função e tentativas de encaminhamento para tratamento. A estabilidade do funcionário público no emprego, dada pela constituição, é um fator complicador na abordagem da situação, o que, muitas vezes, leva a uma atitude de omissão por parte dos coordenadores.

### **Situações indiretamente relacionadas ao uso indevido de drogas**

Foram consideradas as situações relacionadas ao risco ou à proteção para o uso indevido de drogas, tais como: famílias disfuncionais (incluindo criminalidade parental), transtorno de atenção ou comportamento, iniciação sexual.

A grande maioria dos entrevistados fez menção a situações de alunos com problemas familiares. Em geral, as intervenções relatadas primaram pela compreensão e inclusão do aluno, por outro lado ressaltam a escassez e o difícil acesso aos equipamentos sociais de defesa dos direitos da criança e do adolescente, tornando-os mais solitários nesta tarefa.

*“Tem, tem muitos principalmente assim, crianças que são espancadas, você tem bastante. (...) agente chama a mãe, conversa e em alguns, assim, encaminha em último recurso, a gente encaminha a criança para o conselho tutelar. Também é complicado porque os conselhos tutelares também não são atuantes quanto a escola precisaria que eles fossem”.* (CP5)

Porém, mesmo com esta dificuldade, foram relatadas várias intervenções resultando na inclusão de adolescentes em situação de risco. O caso a seguir, relatado pelo CP6, é representativo. Uma aluna teve uma mudança importante no padrão de comportamento, passando a apresentar problemas de disciplina, e as medidas disciplinares iniciais não surtiram efeito. Após insistentes solicitações de acompanhamento pelos pais, o CP optou pela visita domiciliar, onde verificou uma situação familiar grave que, inclusive, impossibilitava a presença dos pais na escola.

*“... ela se sentiu mais próxima da gente e a gente dela. (...) Ela nos procurava mais para conversar, para contar as coisas e não nos deu mais trabalho, até a oitava”.* (CP6)

Os entrevistados mostraram tranqüilidade na identificação de alunos com problemas de atenção ou comportamento. As intervenções relatadas restringiram-se ao campo didático-pedagógico, mas incluíam abordagens criativas. Os poucos relatos de tentativa de encaminhamento para um especialista mostraram também a dificuldade de acesso às unidades de saúde.

*“Ele não prestava atenção nas aulas. (...) Depois do professor se queixar muito por muito tempo ele acabou indo para a minha sala e aí nós conversamos e eu pude perceber que na verdade ele tinha uma habilidade muito grande com o desenho, e o professor não conseguia ler essa habilidade do aluno. (...) Procurei estar inserindo ele dentro do grupo e tentando despertar na verdade e valorizar essa habilidade que ele tinha que não tinha sido vista”. (CP2)*

Perguntas e brincadeiras em sala de aula sobre sexo apareceram nos relatos como questões que incomodam ao professor, tanto pelo seu despreparo como pelo tabu do tema. Os entrevistados têm consciência da importância da reação do educador frente a estes assuntos diante do aluno e procuram lidar com a situação de forma mais construtiva, entretanto, reconhecem que, às vezes, são tomadas atitudes repressivas.

*“É mais em relação a preservativo que eles brincam bastante e eu ainda acho que a escola não apresenta muito para eles as possibilidades de prevenção, a discussão sobre virgindade, então para eles é algo um pouco fantasioso, um pouco mágico, é fora um pouco da discussão do currículo da escola. (...) Tem professor que pede para que pare, que esconde o preservativo e que trata aquilo de uma forma também muito preservada. Tem professor que aproveita a oportunidade e leva uma discussão para o grupo, é aprofunda e aproveita até para trabalhar aquele tema. Isso varia, dependendo da postura do professor”. (CP8)*

### **Prevenção do uso indevido de drogas**

A idéia da transmissão de conhecimentos como base da prevenção ao uso indevido de drogas permeou a maioria dos discursos. As palestras para o corpo discente mostram-se como a prática mais comum da prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas. O treinamento para resistir do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) foi citado como exemplo de proposta preventiva apenas por um dos entrevistados (CP4). A maioria colocou-se em posição de grande impotência frente à questão, à exceção de um entrevistado (CP3), bastante ativo em incentivar o debate e capacitar sua equipe docente. O sentimento de impotência foi atribuído à falta de capaci-

tação do corpo docente, mas também a relação com os traficantes de drogas foi citada como um empecilho para desenvolver um programa de prevenção na escola. As intervenções de inclusão de alunos em situação de vulnerabilidade não foram reconhecidas como ações potencialmente preventivas.

### **DISCUSSÃO**

Foi possível verificar o lugar privilegiado que o coordenador pedagógico tem no ambiente escolar, pois, além de ser o responsável pelas atividades educacionais, ocupa um lugar de destaque de intermediação das relações aluno-professor e família-escola. Por tudo isso, parece natural que seja ele o profissional de escolha para desenvolver ações de prevenção ao uso indevido de drogas na escola. Muitos especialistas têm defendido esta idéia (Bucher;<sup>4</sup> Carlini-Marlatt<sup>6</sup>), porém esta opinião não é compartilhada pelos educadores. Alguns dos motivos associados a essa resistência foram identificados nas entrevistas: a falta de formação, informação e o preconceito gerado pelo lugar social real ou atribuído ao usuário de droga na comunidade. A sobrecarga de trabalho também aparece como um fator, e tem sido responsabilizada pela redução de espaços de reflexão (Giglió<sup>12</sup>). A escola, então, teria muita dificuldade em assumir a responsabilidade da prevenção do uso indevido de drogas relativo à consciência de seu despreparo, passando, assim, a negar a pertinência do tema aos seus domínios.\*

Nas situações diretamente relacionadas ao uso de drogas ilícitas predominam as atitudes de impotência e paralisia, as chamadas “atitudes de avestruz” (Bucher<sup>4</sup>), precipitadas pelo medo gerado pela associação entre usuário e traficante. A aproximação entre uso de drogas e a marginalidade no ideário da sociedade é descrita como fenômeno mundial, gerando muito preconceito. Se na sociedade esse preconceito é um complicador para abordagens preventivas, as implicações são ainda mais sérias no ambiente escolar descrito, no qual a aproximação como o tráfico é um fato.\* Campanhas que trazem este preconceito implícito, tal como aquelas de orientação política de “guerra às drogas”, não ajudam (Bucher<sup>4</sup>).

A consequência disso é a atitude de convocar a presença da polícia nas escolas. Essas intervenções primaram pela agressividade e desrespeito, mostrando o despreparo do policial e tendo desfechos trágicos: as reações de retaliação e violência contra a escola e o corpo docente. Isso aumenta o preconceito em relação ao usuário de drogas, mas também em relação aos alunos e à própria escola pública, criando um abismo entre o corpo docente e o corpo discente.

\*Vieira R. Drogas e escola: um novo olhar [dissertação de mestrado]. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora; 1999.

Independente de ser preconceito ou não, a existência de alunos que estão envolvidos com o tráfico é um fato na escola pública. Fica subjacente, então, a idéia de que a escola deve se abster da realização de intervenções de prevenção do uso indevido de drogas ou ações similares. Neste campo específico, a proposta do movimento de redução de danos pode colaborar, pois considera que uma intervenção preventiva não precisa, necessariamente, falar de drogas com os alunos e que se faz no dia-a-dia, na aproximação afetiva entre educadores e educandos. O bom vínculo com a escola é considerado fator protetor para o abuso de drogas (Marlatt<sup>15</sup>). Nesse sentido, a capacitação teórica dos educadores teria a função de ratificar uma prática desenvolvida a partir da vivência na escola, tornando-os mais seguros nas suas intervenções.

Foi possível perceber que as atitudes de aproximação e afetivas já estão incorporadas à prática do coordenador pedagógico. Exemplos disso são aquelas tomadas nas diversas situações cotidianas relatadas, em geral, naquelas indiretamente relacionadas ao uso de drogas, como situações de desestrutura familiar, problemas de atenção e comportamento, considerados fatores associados ao uso abusivo de drogas (Noto & Moreira<sup>19</sup>). Os entrevistados mostram maior tranquilidade nessas situações e houve predomínio de intervenções compreensivas, inclusivas e uma posição crítica em relação às atitudes mais repressivas. Muitas vezes, estas ações acabam tendo um efeito de redução de riscos ou de danos mesmo sem que os protagonistas tenham um conhecimento teórico, o que é coerente com o pressuposto

básico de que a redução de danos privilegia o pragmatismo empático em detrimento do idealismo utópico (Marlatt<sup>15</sup>).

Vale lembrar que este é um estudo qualitativo, sem o objetivo de obter dados generalizáveis ou comprovar hipóteses. Seu objetivo é a aproximação desta realidade para levantar subsídios que possibilitem um estudo quantitativo com amostra representativa das escolas de ensino fundamental da cidade de São Paulo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe um descompasso entre o conhecimento científico e o do coordenador pedagógico da escola pública do município de São Paulo em relação ao uso abusivo de drogas. Entretanto sua atitude frente às situações indiretamente relacionadas mostra-se compatível como aquela preconizada pelo movimento da redução de danos, ou seja, compatível com a prática do educador aberto à realidade social da escola e sensível às necessidades dos alunos.

Os obstáculos a uma prática mais abrangente, a qual inclua também situações diretamente relacionadas ao uso abusivo de drogas, são os medos decorrentes da associação real ou imaginária do usuário à marginalidade e às condições de trabalho precárias. Neste sentido, a capacitação teórica dos educadores teria a função de ratificar uma prática desenvolvida a partir da vivência na escola, tornando-os mais seguros nas suas intervenções.

## REFERÊNCIAS

1. Aquino JG. Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus; 1998. Apresentação. p. 7-8.
2. Araújo FU. Temas transversais em educação: bases para uma formação integral - apresentação à edição brasileira. In: Busquets MD, Cainzos M, Fernández T, Leal A, Moreno M, Sastre G. Temas transversais em educação: bases para uma formação integral. São Paulo: Ática; 2001. p. 9-17.
3. Araújo MR, Moreira FG. Histórias das drogas. In: Silveira DX, Moreira FG. Panorama atual de drogas e dependências. São Paulo: Atheneu; 2006. p. 9-14.
4. Bucher R. A abordagem preventiva. In: Bucher R, organizador. As drogas e a vida: uma abordagem biopsicossocial. São Paulo: EPU; 1988. p. 55-67.
5. Carlini EA, Galduróz JCF, Noto AR, Nappo AS. I Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país. São Paulo: CEBRID/Unifesp; 2002.
6. Carlini-Marlatt B. Estratégias preventivas nas escolas. In: Seibel SD, Toscano Jr A, organizadores. Dependência de drogas. São Paulo: Atheneu; 2001. p. 191-7.
7. Cotrim BC. Drogas na escola: prevenção, tolerância e pluralidade. In: Aquino JG. Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus; 1998. p. 19-30.
8. Cuijpers P. Effective ingredients of school-based drug prevention programs: a systematic review. *Addict Behav.* 2002;27:1009-23.

9. Ennett S, Tobler N, Ringwalt C, Flewelling R. How effective is drug abuse resistance education?: a meta-analysis of project DARE outcome evaluations. *Am J Public Health*. 1994;84:1394-401.
10. Galduróz JCF, Noto AR, Nappo AS, Carlini EA. I Levantamento domiciliar nacional sobre o uso de drogas psicotrópicas: estudo envolvendo as 24 maiores cidades do estado de São Paulo. São Paulo: CEBRID/Unifesp; 1999.
11. Galduróz JCF, Noto AR, Carlini EA. IV Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º grau em 10 capitais brasileiras. São Paulo: CEBRID/Unifesp; 1997.
12. Giglio CMB. A violência escolar e o lugar da autoridade: encontrando soluções partilhadas. In: Aquino JG, organizador. *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus; 1999. p. 183-99.
13. Inoue AA, Migliori RF, D'Ambrósio U. *Temas transversais e educação em direitos humanos*. São Paulo: Fundação Peirópolis; 1999.
14. Klitzner M, Fisher D, Moskowitz J, Stewart K, Gilbert S. Report to the Robert Johnson Foundation on strategies to prevent the onset and use of addictive and abuseable substances among children and early adolescents. Berkeley: Robert Johnson Foundation; 1991.
15. Marlatt GA. *Redução de danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; 1999.
16. Moreira FG, Andreoli SB. Modelos de prevenção do uso indevido de drogas em ambiente escolar. In: Silveira DX, Moreira FG. *Panorama atual de drogas e dependências*. São Paulo: Atheneu; 2006. p. 319-24.
17. Moreira FG, Silveira DX, Carlini EA. Posicionamento da Unifesp sobre redução de danos: posicionamento do Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes (PROAD). *J Bras Psiquiatr*. 2003;52:363-70.
18. Neubern MS. Contribuições da epistemologia complexa para abordagens da drogadição. In: Baptista M, Cruz MS, Matias R. *Drogas e pós-modernidade: prazer, sofrimento, tabu*. Rio de Janeiro: EdUERJ; 2003. v. 1, p. 253-65.
19. Noto AR, Moreira FG. Prevenção ao uso indevido de drogas: conceitos básicos e sua aplicação na realidade brasileira. In: Silveira DX, Moreira FG. *Panorama atual de drogas e dependências*. São Paulo: Atheneu; 2006. p. 313-8.
20. Patton M. *Qualitative evaluation and research methods*. 2<sup>nd</sup> ed. Newbury Park (CA): Sage Publications; 1990.
21. Soares C, Jacobi P. Adolescentes, drogas e Aids: avaliação de um programa de prevenção escolar. *Cad Pesqui*. 2000;109:213-37.

---

Baseado em dissertação apresentada à Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, em 2003. Financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp - Processo n. 02/01652-7).